

ANÁLISE DE CUSTOS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA NA SICOOB-CREDIUESB: UM ESTUDO DE CASO

*Klinger de Oliveira Aleixo**
*Gabriela Andrade Fernandes***

Resumo: O presente artigo tem o escopo de demonstrar resultados auferidos numa pesquisa sobre os custos da intermediação financeira na Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da UESB – Sicoob-Crediuessb. Inicialmente, destacar-se-ão os conceitos e princípios que norteiam o cooperativismo. Posteriormente, far-se-á uma análise dos fatores que possibilitam equacionar o custo financeiro na razão percentual: a aplicação de taxas, desde a captação de recursos até o que é cobrado do cooperado, e a ação da concorrência no mercado. O trabalho conclui pela inviabilidade na aquisição de empréstimo via Central Cooperativa.

Palavras-chave: Cooperativismo. Crédito. Empréstimo. Custo.

* Graduando em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb). E-mail: aleixoklinger@yahoo.com.br

** Mestre em Administração pela Universidade Federal da Bahia (Ufba). Professora do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas (DCSA/Uesb). E-mail: gabrielaprof@yahoo.com.br

Introdução

O cooperativismo de crédito chegou ao Brasil com o trabalho do padre jesuíta Teodoro Amstadt. Inicialmente, o sistema foi absorvido pelos colonos alemães residentes no Rio Grande do Sul no ano de 1902, quando se formou a primeira cooperativa de crédito, inspirada no modelo *Raiffeisen*. Aqui, este modelo assimilou características especiais e, com o objetivo de adaptação ao sistema de negócios brasileiros, adotou-se um regime de responsabilidade limitada e enfatizou-se a integralização de capital por seus associados, procedimentos não observados em outros países onde fora aplicado.

Atualmente, as sociedades de crédito no Brasil seguem três modelos: Crédito Rural, Crédito Luzzatti e um terceiro, o Crédito Mútuo, foco deste trabalho. De acordo com a Resolução nº 2.771, de 30 de agosto de 2000, do Conselho Monetário Nacional/Banco Central do Brasil, que regulamenta a formação das cooperativas de crédito, o Crédito Mútuo são cooperativas cujo “quadro social é formado por trabalhadores, seja de empresas privadas ou entidades públicas, seja de determinada profissão ou atividade”.

O presente estudo foi realizado na Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Sicoob-Crediuesb), localizada na cidade de Vitória da Conquista, na Bahia. Trata-se de uma empresa incipiente, cujas atividades se iniciaram em 2001. Sua base associativa compõe-se de professores e funcionários da Instituição. Ao término do exercício social de 2003, ano cujos documentos servem de base para esta pesquisa, essa sociedade contava com aproximadamente 300 associados. Seu quadro funcional é composto de 03 (três) funcionários: 02 (dois) caixas e 01 (um) assistente contábil.

O que é cooperativismo?

O cooperativismo nos últimos anos ganhou destaque nos cenários nacional e internacional. Com base em experiências internacionais, estima-se não só um avanço nos seus serviços mas também que ele seja o responsável pelo aumento da oferta e melhoria da qualidade dos produtos agrícolas. Desse modo, pequenos produtores

têm a oportunidade de atingir inclusive o mercado externo, que vê com bons olhos o movimento cooperativista. Mas, que sistema econômico é esse que faz das cooperativas a base de todas as atividades de produção e distribuição de riquezas?

A palavra “cooperativismo” deriva do verbo cooperar que, por sua vez, origina-se do latim *cooperatio* e significa ação de ajuda mútua. Assim, uma cooperativa constitui a união de forças, pois, julga-se que indivíduos unidos possuem maior poder de produção, distribuição e comercialização de seus produtos e serviços.

Cooperação “é um processo social no qual as pessoas se entrelaçam para alcançar o mesmo objetivo; quando a entrelaçada é conscientemente organizada, segundo estatutos preestabelecidos, têm-se as cooperativas” (PINHO, 2004, p. 117).

Conforme a Lei nº 5.764/71, que define a Política Nacional de Cooperativas, estas “são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados”. O quadro 1 apresenta os preceitos que distinguem a empresa cooperativa da empresa não-cooperativa.

Empresa cooperativa	Empresa não-cooperativa
Sociedade de pessoas	Sociedade de capital
Objetivo principal: prestação de serviços	Objetivo principal: lucro
Número ilimitado de associados	Número limitado de acionistas
Controle democrático – um homem: um voto	Cada ação: um voto
Assembléia: <i>quorum</i> baseado no número de associados presentes	Assembléia: <i>quorum</i> baseado no capital
Inacessibilidade das cotas-partes a terceiros, estranhos à sociedade	Transferência das ações a terceiros
Retorno proporcional ao valor das operações	Dividendo proporcional ao valor das ações

Quadro 1 - Empresa cooperativa e empresa não-cooperativa.

Fonte: PINHO, 2004, p. 180.

Representação cooperativa internacional

O órgão representativo do cooperativismo é a Aliança Cooperativa Internacional (ACI), localizada atualmente em Genebra – Suíça. Seu principal objetivo é a manutenção das normas estabelecidas. Segundo Pinho (2004, p. 70), “a ACI, por meio de *Grupos Especializados*, orienta diferentes categorias de cooperativas, sempre de acordo com os próprios interesses das cooperativas e da região em que se inserem”.

Quanto ao sistema de crédito, seu órgão representativo é o Conselho Mundial de Cooperativas de Crédito (WOCCU). Trata-se de “uma organização sem fins lucrativos, cuja missão é *ajudar as entidades membros na organização, expansão, aprimoramento e integração dos respectivos sistemas para que atuem como instrumentos eficazes de desenvolvimento econômico e social da população*” (GUIMARÃES, 2001, p. 7, grifos do autor).

Princípios cooperativos

A *International Cooperative Alliance* (ACI), em sua última reunião, ocorrida em 1995, redefine os princípios básicos do cooperativismo. São eles:

- Princípio da adesão voluntária e livre: As cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a usar serviços e dispostas a aceitar as responsabilidades de sócio, sem discriminação social, racial, política ou religiosa e de gênero;
- Princípio da participação econômica dos sócios: Os sócios contribuem de forma equitativa e controlam democraticamente o capital de suas cooperativas. Parte desse capital é propriedade comum das cooperativas. Usualmente, os sócios recebem juros limitados (se houver algum) sobre o capital, como condição de sociedade;

- Princípio de autonomia e independência: As cooperativas são organizações autônomas de ajuda mútua, controlada por seus membros;
- Princípio da educação, treinamento e informação: As cooperativas proporcionam educação e treinamento aos sócios, dirigentes eleitos, administradores e funcionários, de modo a contribuir efetivamente para difundir o ideal cooperativista;
- Princípio da cooperação entre cooperativas: As cooperativas atendem a seus sócios mais efetivamente e fortalecem o movimento cooperativo trabalhando juntas, por meio de estruturas locais, nacionais e internacionais;
- Princípio da preocupação com a comunidade: As cooperativas trabalham pelo desenvolvimento sustentável de sua comunidade, mediante políticas aprovadas por seus membros;
- Princípio um homem, um voto: Na cooperativa, cada cooperado tem um voto, independentemente do número de quotas-parte, e direito a votar e ser votado;
- Princípio do retorno das sobras: A cooperativa não visa a lucros, o que seria remuneração do capital. Se houver sobras no fechamento do balanço anual, essas sobras se destinam aos fundos previstos no estatuto da cooperativa, ficando o restante à disposição da assembléia geral, que decide livremente sobre sua destinação. Se os cooperados decidirem pela distribuição dessas sobras, serão distribuídas proporcionalmente à participação de cada cooperado.

Banco Central do Brasil

É o órgão que normatiza, por meio de resoluções, o Sistema Cooperativo de Crédito no Brasil. Além disso, acompanha o desempenho financeiro dessas instituições e desautoriza o seu funcionamento quando uma delas caracterizar-se pela falta de liquidez, ou seja, se estiver impossibilitada de assumir os seus débitos.

Cooperativismo de crédito

As cooperativas de crédito não são agências bancárias, mas sim, instituições financeiras independentes e autônomas, autorizadas a funcionar e fiscalizadas pelo Banco Central do Brasil (Bacen). Assim, estão habilitadas a prestar serviços de natureza bancária e a oferecer produtos aos seus associados: recebimento de depósitos à vista e a prazo; empréstimos; financiamento de bens duráveis; orientação para compras a prazo e investimentos; conta corrente; cheque especial com limite de crédito; recebimento de contas; aplicações financeiras; recebimento de proventos; seguro de vida solidário; saneamento financeiro; cartões de crédito e débito; *internet banking*, entre outros.

No entanto, a compensação de cheques e outros papéis ocorre por meio de convênio firmado com um banco comercial que representa as cooperativas na câmara de compensação¹. Tal procedimento atende à legislação do Banco Central do Brasil, cujas normas consideram o acesso a esse serviço uma prerrogativa das agências bancárias. Pelo fato de as sociedades de crédito não serem bancos, criou-se então um banco comercial que pudesse substituí-las na câmara de compensação e efetuar a troca de seus documentos. O representante do Sicoob-Crediesb é o Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob S/A), assim definido:

Instituição financeira de direito privado, com sede em Brasília –DF, onde localiza sua única agência. Foi constituído de acordo com a Resolução 2.193, de 31 de agosto de 1995, do Conselho Monetário Nacional e autorizado a funcionar pelo Banco Central em 21 de julho de 1997. Iniciou suas atividades em 1º de setembro de 1997 (PINHO, 2004, p. 88).

¹ Local onde estão os representantes das instituições financeiras com o propósito de trocar papéis compensáveis (cheques, títulos, DOCS) emitidos por seus bancos. A compensação é realizada em um banco oficial (tal como o Banco do Brasil), responsável, ao término das operações, pela contabilidade e confecção dos mapas de crédito e débito inerentes a cada instituição financeira.

Dificuldades do cooperativismo no Brasil

No Brasil, um dos maiores desafios enfrentados pelo sistema é a “falta de profissionalismo na administração do setor cooperativista como uma das carências que mais emperram um melhor desenvolvimento” (ZYLBERSZTAJN, 1996, p. 9).

O ideal, sem dúvida, é muito importante; porém, é insuficiente na difícil conciliação entre *cooperativa*, entendida como uma *associação de pessoas sem fins lucrativos*, mas também uma *sociedade* que precisa funcionar como uma empresa para prestar serviços aos seus associados e competir no mercado (PINHO, 2004, p. 117-118, grifos do autor).

Dessa forma, quando uma cooperativa encerra suas atividades por falta de liquidez, compromete todas as outras, uma vez que se atinge a confiança, considerada o elemento essencial na relação cooperativista. É evidente, portanto, que não há espaço para amadorismo na administração desse tipo de sociedade. O gestor que não atua profissionalmente e não recorre a métodos gerenciais eficazes produz uma ação negativa que envolve a estrutura do sistema.

Um bom pecuarista leiteiro pode ser um péssimo dirigente dentro de sua cooperativa. Costumo dizer para diretores de cooperativas que eles devem ter os melhores gerentes que possam pagar, pois, se assim não for, o melhor é reavaliar tudo que está sendo feito para não ter aborrecimentos. Eles precisam entender que a opção de crescer significa dispor de gente qualificada para administrar o crescimento. Quanto à adaptação de um profissional ao meio cooperativista, trata-se de uma questão que se resolve a partir de treinamento que transmita a natureza do negócio que se gerencia (ZYLBERSZTAJN, 1996, p. 12).

Atualmente, além da falta de profissionalismo, outros desafios perseguem as cooperativas de crédito, a exemplo da ausência dos associados. Estes participam esporadicamente das atividades da empresa e, quando o fazem, exigem dela vantagens e benefícios que, na maioria

das vezes, não se coadunam com a realidade. Outras limitações são de ordem gerencial e econômica, situação que freqüentemente conduzem-nas ao endividamento, em decorrência das elevadas taxas de juros do mercado financeiro, o que faz desse negócio uma atividade de alto risco. Apesar disso, e como qualquer outra empresa, as cooperativas persistem nas suas relações comerciais e tentam manter-se no mercado.

O efeito capitalista sobre as cooperativas

O estrangulamento da economia mundial ocasiona situação crítica em diversas atividades produtivas e de serviço e afeta principalmente os países em desenvolvimento. Assim, uma das maiores ameaças da globalização é a *volatilidade de capitais*, que ao primeiro sinal de “turbulência” político-financeira estremece o mundo inteiro, inclusive o Brasil (PINHO, 2004, p. 202).

O cooperativismo centra-se na união de pessoas, cuja proposta é ajudá-las a enfrentar as diversidades econômicas de forma participativa. Desse modo, os membros são movidos pela crença de que se obtém mais sucesso nas operações em grupo do que isoladamente. “Com a economia globalizada, somada ao liberalismo comercial, o cooperativismo tornou-se especialmente importante no combate aos problemas de exclusão e de concentração” (PINHO, 2004, p. 280). Pinho ainda afirma, num outro momento, que:

[...] na atual *Era da Informação*, o espaço para improvisações é cada vez mais limitado [...]; está ganhando força, no meio cooperativo, a convicção de que é necessário enfatizar a gestão técnica e separar-se o “profissionalismo cooperativo” do “amadorismo cooperativo”. A governança cooperativa é tarefa para profissionais competentes, sobretudo diante da acirrada competição da economia assimetricamente globalizada (PINHO, 2004, p. 118, grifo do autor).

Entretanto, o cooperativismo de crédito possui agravantes não observadas em outras organizações econômicas. No contexto

cooperativo, a mercadoria é o dinheiro, objeto que em si não é o fim, mas o meio. Assim, ao filiar-se, o membro deposita confiança na sociedade, motivado essencialmente pelo interesse em satisfazer as suas necessidades creditícias, o que, na maioria das vezes, significa obter empréstimo com quantia e prazo desejados. Todavia, como em qualquer transação comercial e por ser escassa a fonte de recursos (dinheiro), nem sempre a cooperativa pode cumprir plenamente as exigências do afiliado. Se as suas aspirações forem atendidas, o integrante retornará quando houver nova razão de interesse pessoal, caso contrário, o sentimento de frustração faz com que ele não acredite mais no sistema, desvalorize a empresa e busque outras sociedades de crédito. Com isso, o mercado financeiro torna-se altamente profissional e competitivo. São muitas as instituições que se propõem a emprestar dinheiro, cujas taxas variam com frequência, a depender principalmente do nível de risco² da transação e das garantias oferecidas pelo pleiteante.

Ao corroborar esse pensamento, Pinho (2004, p. 303) afirma que “se o meio em que vive o cooperado o condicionou apenas a reagir aos imperativos de eficácia, de rentabilidade e de responsabilidade, de acordo com a racionalidade do homem capitalista, por exemplo, não se pode esperar que ele atue segundo a ética cooperativa”.

Conhecendo o objeto da pesquisa: o Sicoob-Crediesb

O Sicoob-Crediesb – Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo da UESB – compõe uma entidade formada por trabalhadores da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e atende às normas da Resolução nº 2.771, de 30 de agosto de 2000, do Conselho Monetário Nacional/Banco Central do Brasil.

No Sicoob-Crediesb, como em qualquer outra firma de crédito, os membros movimentam conta corrente, executam pagamentos e, principalmente, obtêm empréstimos. Entretanto, para executarem esta

² O risco é avaliado de acordo com a capacidade de pagamento do proponente, ou seja, que ele tem que pode ser convertido em moeda para liquidar sua dívida. Quanto maior a liquidez, menor o risco para a instituição financeira.

última operação é necessário disponibilidade de recursos. A fonte destinada à realização de empréstimos aos seus associados provém essencialmente do capital integralizado que a empresa possui, depósitos à vista e a prazo. E, quando o capital é insuficiente para atender à demanda por contratos de mútuo, a sociedade recorre a sua Central. Assim, o Sicoob-Crediuesb serve-se da Cooperativa Central de Crédito da Bahia – Sicoob-Central, localizada na cidade de Salvador, responsável pela coordenação da área creditícia no âmbito cooperativo do Estado.

Ocorre que, ao solicitar empréstimo à Central, a Cooperativa paga juros pelo recurso disponibilizado e repassa os custos da transação aos seus membros, com o objetivo de, em primeiro lugar, cobrir os gastos, e, em segundo, obter sobras.

Por outro lado, se a sociedade tiver lastro forte, ou seja, capital próprio e suficiente para atender à demanda de cooperados, não necessitará recorrer a empréstimos de terceiros. Deste modo, ocupará uma posição competitiva no mercado financeiro e oferecerá vantagem real ao seu associado, ou seja, juros mais baixos que os praticados no mercado.

Nesta pesquisa, com a aplicação do método “observação participante”, identificou-se que a maioria dos sócios do Sicoob-Crediuesb está em situação financeira desfavorável. Por conta disso, muitos deles recorrem à cooperativa quando esgotadas as alternativas de se obter crédito em bancos oficiais, em instituições comerciais ou agências. É importante destacar que boa parte desses associados procura financiamento para pagar dívidas contraídas anteriormente. Com isso, postergam a resolução do problema, isto é, trocam uma dívida pela outra.

Análise de dados

Esta pesquisa adotou como fontes de informação documentos referentes ao exercício de 2003, assim disponibilizados pelo Sicoob-Crediuesb: balancetes compreendidos de janeiro a dezembro; balanço patrimonial e a demonstração de resultados; Contratos de Abertura de Crédito (CAC) efetuados entre a Cooperativa e o Sicoob-Central Bahia;

contratos de empréstimos concedidos aos associados, além de outros papéis, como notas promissórias, contratos de seguro sobre operações de empréstimo, autorizações para desconto em folha etc.

Em 2003, o Sicoob-Crediesb recebeu do Sicoob-Central Bahia três empréstimos: o primeiro, em 30 de janeiro, R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais); o segundo, em 03 de abril, com o mesmo valor do primeiro, e o terceiro, em 15 de setembro, uma importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Nesses contratos, as taxas de juros corresponderam a **33,137764%**; **34,652959%** e **30,298800%**, respectivamente.

Data empréstimo	Valor	Taxa ao ano	Parcelamento
30/01/03	R\$ 50.000,00	33,137764 %	4 meses
03/04/03	R\$ 50.000,00	34,652959 %	8 meses
15/09/03	R\$ 100.000,00	30,298800 %	4 meses

Quadro 2 - Empréstimos obtidos no Sicoob-Central Bahia

Taxa média ao ano (Empréstimo Central)

$$T_m = \left[\frac{T_{x1} + T_{x2} + T_{x3}}{N_e} \right]; \quad \text{logo,}$$

$$T_m = \left[\frac{33,137764 + 34,652959 + 30,298800}{3} \right] = 32,696508 \% \text{ a.a.}$$

Onde:

T_m – Taxa média

T_{x1} – Taxa de juros correspondente ao primeiro empréstimo

T_{x2} – Taxa de juros correspondente ao segundo empréstimo

T_{x3} – Taxa de juros correspondente ao terceiro empréstimo

N_e – Número de empréstimos realizados no período

Taxa média mensal (Empréstimo Central)

$$T.(m) = \left[\frac{i}{100} + 1 \right]^{t/q} - 1 . 100; \quad \text{logo,}$$

$$T.(m) = \left[\frac{32,696508}{100} + 1 \right]^{1/12} - 1 \cdot 100 = \mathbf{2,385461 \% a/m}$$

Onde:

T.(m) – Taxa média mensal

i – Taxa

t – Corresponde à forma do tempo em que a taxa é oferecida no problema (ano)

q – Corresponde à forma do tempo em que o problema deverá ser resolvido (mês)

Portanto, a taxa efetiva média dos empréstimos obtidos pelo Sicoob-Crediuesb via Sicoob-Central Bahia, no ano de 2003, é de **2,385461% a/m**. Este percentual corresponde a juros pagos pela Cooperativa na obtenção de dinheiro para concessão aos seus associados e equivale à soma das taxas praticadas pela Central nos empréstimos do exercício. Aqui, são calculadas, com base nos três valores captados, a média aritmética e a taxa efetiva mensal do período correspondente. Esta avaliação tem o propósito de verificar os custos financeiros por meio dos empréstimos captados no Sicoob-Central Bahia.

Empréstimos concedidos pelo Sicoob-Crediuesb

Ao associado, o Sicoob-Crediuesb disponibiliza empréstimo pessoal, cuja cobrança é feita mensalmente com desconto em contracheque. O contrato prevê pagamento em até dez prestações sucessivas e a taxa de juros pode ser de **2,6 % a/m** ou de **3,5% a/m**.

A taxa diferenciada corresponde ao nível de risco do negócio pois, na concessão do empréstimo, a sociedade de crédito depara-se com duas situações: na primeira, o valor das parcelas equivale a, no máximo, 30% do salário líquido do cooperado, limite da margem consignável. Aqui, considera-se que o risco é menor, pois, teoricamente, o sócio tem possibilidade de quitar sua dívida sem maiores transtornos, ou seja, possui liquidez de pagamento. Na segunda, o valor das prestações ultrapassa o limite da margem de consignação. Assim, por julgar-se que essa operação creditícia apresenta um risco maior, a taxa

de juros cobrada é de **3,5 % a/m**. Ao estabelecer taxas distintas, tenta-se preservar o negócio e, em alguns casos, exige-se ainda a presença de um fiador.

Constata-se então que a Cooperativa, ao pactuar empréstimo com o seu membro, no limite da margem consignável (**2,6% a/m**), obtém uma receita bruta sobre a operação de **0,214539 % a/m**. Em contrapartida, quando essa operação é realizada fora dessa margem, ou seja, com taxa de juros de **3,5 % a/m**, o ganho bruto com a transação comercial é de **1,114539 % a/m**. Esses cálculos referem-se às operações em que o dinheiro é captado por meio da Central Cooperativa, percentuais que não seriam aplicados se o Sicoob-Crediesb dispusesse de capital próprio.

Demonstração do cálculo:

<p>QUANDO O EMPRÉSTIMO É CONCEDIDO AO ASSOCIADO À TAXA DE 2,6 % a/m:</p> <p>CD = (taxa aplicada ao associado – taxa empréstimo obtido na Central) CD = (2,6 – 2,385461) = 0,214539 % a/m</p>
<p>QUANDO O EMPRÉSTIMO É CONCEDIDO AO ASSOCIADO À TAXA DE 3,5 % a/m:</p> <p>CD = (taxa aplicada ao associado – taxa empréstimo obtido na Central) CD = (3,5 – 2,385461) = 1,114539 % a/m</p>

Média entre as taxas sobre empréstimos concedidos pela cooperativa

$$CM = \left[\frac{0,214539 + 1,114539}{2} \right] = 0,664539 \% \text{ a/m}$$

Onde:

CD – Custo do Dinheiro

CM – Custo Médio

Com base nos dados acima, percebe-se que, da captação dos recursos via Central Cooperativa até sua disponibilização ao associado, a taxa média bruta da receita auferida pelo Sicoob-Crediesb, nas suas

operações realizadas no exercício de 2003, foi de **0,664539 % a/m**. Aqui, considera-se a receita bruta porque existem valores que diluem esse ganho, tais como as despesas operacionais.³

Um dos principais motivos, que justificam esse baixo percentual de retorno sobre o que é obtido via Sicoob-Central Bahia, é a concorrência do mercado financeiro. O Governo Federal, representado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), injetou na economia, por meio dos bancos oficiais (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil) e dos bancos populares (com a política do microcrédito), recursos financeiros destinados às classes sociais mais baixas, cujo propósito é fomentar a economia e minimizar o impacto causado pelo desemprego.

Assim, e, ao perceberem este novo nicho de mercado (o povo), os bancos comerciais também entraram nessa “queda de braço” e corroboraram ainda mais a queda da rentabilidade sobre pequenos empréstimos. Por conta disso, o *spread* financeiro, ou seja, a rentabilidade sobre operações de crédito, a exemplo do empréstimo pessoal, principal produto das cooperativas de crédito, foi reduzido a valores mínimos. Tal circunstância mostra, portanto, que, para suportar essa concorrência é necessário ter lastro forte (capital próprio) e grande volume de transações comerciais, já que a rentabilidade passa a ser pelo giro e não pelo valor cobrado nas operações creditícias.

Apesar disso, a Central Cooperativa, por ter demanda elevada entre as singulares⁴ na busca do crédito (dinheiro) e não possuir caixa suficiente para atendê-las, reflexo da baixa integralização de capital, manteve seus juros de forma linear em 2003 e afetou drasticamente a singular ao final de seu exercício.

Desse modo, reduziu-se o ganho sobre a intermediação financeira nas cooperativas, e, assim, estas tiveram que encontrar um novo ponto de equilíbrio para continuar a sobreviver nessa nova realidade econômico-financeira do Brasil.

³ São os gastos relativos à manutenção do negócio, tais como salários de funcionários e material de expediente.

⁴ São únicas, uma cooperativa não se confunde com outra, mesmo que faça parte do mesmo sistema.

Desafio Sicoob-Crediuesb

O Sicoob-Crediuesb constitui-se de servidores (professores e funcionários) públicos da UESB, que percebem seus salários mediante o Banco Bradesco S/A, concorrente direto da Cooperativa. Em 2003, o Bradesco disponibilizou empréstimos, com descontos mensais em contracheque e aplicação dos seguintes percentuais: **2,7% a/m**, nas tansações em que o valor das parcelas não ultrapassava o limite da margem consignável e **4% a/m**, quando o valor das parcelas ultrapassava o limite de 30% do salário líquido do cooperado. Tal situação demonstra que um banco comercial, com capital próprio, alto índice de depósitos à vista e a prazo, uma carteira de empréstimo e poupança de âmbito nacional, disputa em condições bem mais favoráveis, uma vez que possui lastro suficiente para aplicar taxas mais sedutoras, pois seu diferencial situa-se no volume de operações.

Observa-se, portanto, que uma cooperativa sofre mais pressão do que as outras empresas, o que exige dos seus gestores não apenas um bom desempenho, mas o máximo de zelo em sua administração, pois se comprova que o associado tende a dirigir-se à instituição que melhor atenda aos seus interesses. Tal fato é explicado pela Teoria do Comportamento Cooperativo. Segundo Pinho (2004, p. 302-305), a teoria afirma que o comportamento do cooperado é previsível e este tenta se ajustar ao meio em que vive. Como o meio é de escassez, característico do sistema socioeconômico ao qual pertence, o sócio é condicionado a reagir aos imperativos de eficácia, de rentabilidade e de responsabilidade, de acordo com a racionalidade do homem capitalista.

É certo que numa cooperativa de crédito existem outras fontes de receita, a exemplo de recebimento de contas, utilização do cheque especial pelo associado, prestação de serviços de natureza bancária. No entanto, a principal atividade de uma empresa dessa natureza é a intermediação financeira e, para que esta possa atingir patamares satisfatórios de gestão, é necessário obter o maior volume possível de capital próprio, ou seja, de capital integralizado.

Diante do exposto, evidencia-se o quão oneroso e inviável torna-se o empréstimo obtido via Central, se for considerada tão-somente a realização do objetivo principal do Sicoob-Crediuessb, ou seja, a concessão de empréstimo com menores taxas de juros, uma vez que os custos da transação são elevados e o ônus é transferido ao associado. Conclui-se, portanto, que o grande desafio da Cooperativa é evitar a dependência de capital externo.

Considerações finais

O novo cenário mundial impõe a qualquer empresa, seja ela cooperativa ou não, o máximo de cuidado e empenho em sua gestão, pois a concorrência está presente em qualquer atividade empresarial. Dessa forma, estabelecer estratégias gerenciais torna-se uma condição *sine qua non* para as organizações manterem-se no mercado. Uma cooperativa deve ser entendida, portanto, de forma dinâmica, progressiva e eficiente na tomada de decisões.

Dessa forma, para que o Sicoob-Crediuessb possa superar seus desafios sociais e econômicos, medidas urgentes devem ser adotadas. Na tentativa de solução imediata das dificuldades, são sugestões cabíveis: a) integralização permanente de capital. Contribuir com uma quantia de R\$ 10,00 (dez reais), por exemplo, não comprometeria o orçamento doméstico do cooperado e, ao mesmo tempo, seria vital à cooperativa, uma “vitamina” que a fortaleceria financeiramente; b) participação efetiva dos sócios na rotina do Sicoob-Crediuessb, inclusive com pagamento de suas contas mensais (luz, telefone, água etc.), fato que certamente elevaria sua receita operacional; c) realização de pesquisa para se verificar o nível de satisfação dos membros, na tentativa de melhorar a qualidade dos serviços; d) promoção de campanha de *marketing*, cujo intuito seria reforçar o sentimento cooperativista; e) alteração no estatuto da sociedade para estender os serviços a outros clientes, como, por exemplo, aos servidores estaduais de Vitória da Conquista.

Por fim, defende-se uma atuação conjunta de gestores e associados. Baseados no princípio de uma educação continuada e harmônica, todos conquistarão um modelo de cooperativismo sério e profissional e poderão usufruir as vantagens que ele tem a oferecer.

COST ANALYSIS OF FINANCIAL MEDIATION IN SICOOB-CREDIUESB: A CASE STUDY

Abstract: This paper has the intention to show the results of a research conducted on costs in a Cooperative of Credit at Uesb. Initially, it is explained the concepts and principles that guide the concept of cooperatives. Later on it is analyzed the factors that make it possible to equate the financial rates in the percentage reasons: tax applications, capitation of sources and what is required from cooperative member, and the competition in the finance market. The paper shows the disadvantage in acquiring loan through Central Cooperative.

Key Words: Cooperatives. Credit. Loan. Cost.

Referências bibliográficas

BRASIL. Banco Central do Brasil. **Resolução n. 2.771**, 30 ago. 2000. Brasília, DF: Bacen, 2000. Disponível em: <http://www.bc.gov.br/?SFNCOOCRED>. Acesso: 14 ago. 2003.

CRÚZIO, Helmon de Oliveira. **Como organizar e administrar uma cooperativa**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Contabilidade gerencial**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

LEONE, George S. Guerra. **Curso de contabilidade de custos**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. **Custos: um enfoque administrativo**. 9. ed. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2000.

MARTINS, Elizeu. **Contabilidade de custos**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

PINHEIRO, Marcos Antonio Henriques. **Cooperativas de crédito: história da evolução normativa no Brasil.** Brasília, DF: Banco Central do Brasil. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/cartilha_cooperativas_credito.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2003.

PINHO, Diva Benevides. **Economia e cooperativismo.** São Paulo: Saraiva, 1977.

_____. **O cooperativismo no Brasil.** São Paulo: Saraiva, 2004.

RICIARDI, Luiz; LEMOS; Roberto Jenkins de. **Cooperativa: a empresa do século XXI.** São Paulo: LTR, 2000.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da Silva. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade.** São Paulo: Atlas, 2003.

ZYLBERSZTAJN, Décio. Organização de cooperativas: desafios e tendências. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 29, n. 3, p. 23-32, jul./set. 1994

_____. Não há mais espaço para amadorismo. **Revista Balde Branco**, São Paulo, p. 9-12, out. 1996.